



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Balaban, Marcelo

Reflexões sobre história e historiografia

História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,

vol. 5, núm. 8, abril, 2012, pp. 217-224

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769696015>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Reflexões sobre história e historiografia

Reflections on history and historiography

BASTOS, Lúcia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Marcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, 340 p.

Marcelo Balaban

Professor adjunto

Universidade de Brasília

marcelo_balaban@uol.com.br

Cond. Prive Residencial Mônaco, q. 13, casa 02

71680-601 – Brasília - DF

Brasil

Palavras-chave

Brasil; História; Historiografia.

Keywords

Brazil; History; Historiography.

217

Em 1882 Machado de Assis publicou *Papeis Avulsos*. Na “Advertência” que abre o livro, procura explicar o título e os motivos de ajuntar em um único volume aqueles contos. Contrariando a primeira impressão, “que parece negar ao livro certa unidade”, induzindo o leitor imaginar que “o autor coligiu vários escritos de ordem diversa para o fim de os não perder”, o bruxo do Cosme Velho logo se explica: “A verdade é essa, sem ser bem essa”. Os “papéis” ali reunidos, apesar de “avulsos”, não foram escolhidos ao acaso: “São pessoas de uma só família, que a obrigação do pai fez sentar à mesma mesa” (ASSIS 1882). Coletâneas acadêmicas apresentam dilemas semelhantes. São formadas por “papéis avulsos”, fruto de pesquisas e autores distintos, que não foram pensados originalmente para “sentar à mesma mesa”.

Sendo assim, avaliar individualmente cada texto é apenas parte da tarefa de comentar este tipo de obra. Importa, antes de mais nada, analisar as razões e os sentidos que os fizeram integrar um único volume, inquirir sobre o que justifica os capítulos figurarem lado a lado de modo a formar um livro e não um amontoado de artigos. E eis a tarefa do resenhista: refletir sobre os elementos que conferem coesão a este Estudos de historiografia brasileira, organizado por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marcia de Almeida Gonçalves e Rebeca Gontijo.

O livro é iniciado com uma curta e elucidativa apresentação, na qual as organizadoras expõem seus objetivos. Informam ao leitor que o conjunto de textos resultou do I Seminário Nacional de História da Historiografia, ocorrido em outubro de 2008, no IFCH/UERJ. O evento procurou reunir estudiosos interessados em fazer da historiografia seu campo de estudos. Publicado em 2011, ou seja, pouco mais de dois anos após o seminário, o volume concentra “uma parte das reflexões” (NEVES et al. 2011, p. 9) então apresentadas e debatidas, muito embora, como as organizadoras fazem questão de ressaltar, a obra tenha se beneficiado “do clima de diálogo e de troca intelectual generosa” que deu o tom do seminário. Assim, é parte das intenções das organizadoras apresentar um conjunto amplo de preocupações a respeito do tema proposto, com finalidades bem delineadas: “interrogar a historiografia brasileira como campo de estudos” (NEVES et al. 2011, p. 8).

Mas o que significa exatamente tomar a historiografia como “campo de estudos”? Ou, em outras palavras, como os pesquisadores reunidos neste volume entenderam e enfrentaram tal questão? Os comentários que seguem buscam problematizar algumas das respostas oferecidas pelas organizadoras e autores do livro, e, assim, seguindo o espírito de colaboração intelectual que grassou no seminário que lhe deu origem, tentar contribuir com o debate encaminhando um outro conjunto de reflexões que podem ser sintetizadas em algumas perguntas: quais são, ou podem ser, as vantagens de se fazer a história da historiografia? Se os historiadores, no seu incessante ofício de investigar o passado, sempre dialogam com os trabalhos que o precederam, ou seja,

sempre fazem, de uma forma ou de outra, história e crítica da historiografia, o que justifica ou diferencia uma perspectiva de estudos voltada especificamente para a historiografia? No caso deste livro, sua coesão não se dá apenas pela “obrigação do pai”, ou pelo convite das organizadoras. Trata-se de uma obra coletiva, que pode ser lida como o encaminhamento de questões e preocupações de uma área em formação.

A melhor maneira de organizar o comentário é seguir a lógica da obra, que está dividida em cinco partes, cada qual dedicada a um aspecto da questão maior que procuram enfrentar. Na parte I, intitulada “Horizontes de investigação”, temos capítulos que de certo modo procuram dar conta do “estado da arte” do campo que se pretende consolidar, bem como esboçar algumas reflexões teóricas centradas na noção de “experiência hermenêutica”, o que aponta uma preocupação com a natureza do fazer historiográfico. Como deixam claro pelo título, os textos dessa parte estão antes focados em apresentar bons questionamentos, levantar possibilidades de investigação e algumas das preocupações basilares que norteiam os “estudos de historiografia brasileira”.¹

Os autores revelam interesses comuns sobre os sentidos e contornos da historiografia. Isso é válido tanto para o modo como o termo evoluiu no Brasil ao longo do tempo, como no que diz respeito a um *approach* mais teórico. Nessa parte, emergem duas possíveis abordagens para a palavra historiografia. Refiro-me, de um lado, às preocupações mais propriamente teóricas, ligadas aos limites e sentidos do fazer historiográfico, voltadas para enfrentar o desafio de investigar o significado do trabalho do historiador, dissecar-lhe sentidos, de sorte que estudar historiografia consiste em desenvolver exercícios de investigação centrados nos modos de escrever a história, interessados em buscar, no texto dos historiadores, elementos capazes de defini-los em sua relação com seu próprio tempo. Trata-se, em suma, de um tipo de história intelectual que visa a aprofundar especificamente o entendimento do que vem a ser o fazer historiográfico.

Dessa feita, um sentido para as pesquisas que fazem da historiografia seu objeto e objetivo de estudo seria o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a teoria; ou seja, não seriam necessariamente trabalhos centrados em estudos *sobre* o Brasil, mas nas pesquisas produzidas *no* Brasil – com seus referenciais e suas escolhas teóricas. O outro sentido aponta para um caminho distinto, mas não conflitante. Estudar historiografia seria observar como e porque se produziu história no Brasil, que métodos e quais preocupações orientaram os textos de história produzidos no Brasil sobre o Brasil. Em uma palavra, trata-se de fazer do texto de história o documento do historiador. Unindo uma e outra perspectiva, temos que uma forte vocação teórica é um elemento nodal da compreensão desses autores dos estudos de historiografia, e o que

¹ Os três capítulos dessa parte são, respectivamente: “Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões”, de Lucia Maria Paschoal Guimarães, “História e Hermenêutica: uma questão de método?”, de Guilherme Pereira das Neves e “Entre as madalenas de Proust e o riso sob o guarda-chuva de Bataille: breve reflexão sobre a relação entre história e hermenêutica”, de Verena Alberti.

articula as pesquisas assim qualificadas é a preocupação compartilhada em desvendar sentidos da própria disciplina que, longe de serem unívocos, oferecem um campo de investigação amplo e em constante transformação. Ei-las aí sentadas familiarmente em torno da mesma mesa, como queria Machado.

As demais partes do livro não desmentem essa premissa. De certo modo, parecem querer qualificá-la, apontando algumas de suas possibilidades, potencialidades, problemas e desdobramentos. Na parte II, chamada “Fundações da História do Brasil”, a atenção é voltada para os que podem ser considerados os pais (e respectivos berços) fundadores: Cairu, Varnhagen, Capistrano de Abreu e o IHGB. Os quatro capítulos,² cada um à sua maneira, têm em comum a preocupação de fazer do trabalho dos historiadores uma fonte para a produção do conhecimento histórico. Partindo da premissa de que eram produções datadas, feitas em um tempo e em um lugar precisos, seus autores concebem os textos de história como “documentos históricos”. Nesse sentido, buscam investigar a lógica própria de cada autor, texto ou instituição em suas temporalidades próprias, de modo a desvendar os sentidos da produção historiográfica brasileira dos oitocentos como um dos caminhos para a análise do processo de formação da nação, de um lado, e da formação da historiografia brasileira, de outro.

Os estudos reunidos nesta parte, naturalmente, pretendem enfrentar algumas questões: o que era ser historiador no Brasil imperial? Quem, como, por que e onde se fazia história naquele período? Tais questionamentos, que antes devem ser entendidos como grandes orientações, apontam para lugares interessantes de reflexão. Além de ressaltarem a centralidade da política no fazer historiográfico dos oitocentos, mostram a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a noção de ciência e científicidade, um dos elementos organizadores e legitimadores de tais obras historiográficas, de modo a permitirem um conhecimento cada vez mais complexo do documento analisado. Estudar aqueles autores e instituições, nesse sentido, constitui um esforço de recuperação dos termos do debate coevô para, somente então, poder desvendar-lhes os sentidos mais gerais. Em suma, trata-se de dedicar ao texto de história o mesmo tipo de tratamento consagrado a outras fontes: primeiro estudar sua condição de produção, sua razão primeira de ser, as interlocuções que propõe, seus sentidos e finalidades primordiais para, a partir de então, aprender algo com ela. Uma nova questão se impõe: o que podemos aprender com essas fontes que nasceram como ensaios de interpretação do passado?

Os textos dessa parte revelam muitas possibilidades. Demonstram, de modo convincente, que o procedimento por eles adotado pode render frutos saborosos e contribuir de modo consistente para a historiografia do Brasil imperial. No entanto, resta ainda um gostinho de “quero mais”. No Brasil do século XIX, a história invadia domínios não contemplados pelos autores. Integrava a literatura, adentrava as páginas de jornais e revistas, invadia a Assembleia Geral. Era utilizada para

² Os capítulos que compõem essa parte são, respectivamente: “Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830)”, de Valdei Lopes de Araujo, “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”, de Temistocles Cezar, “Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen”, de Fernando Amed e “Capistrano de Abreu e a historiografia científicista: entre o positivismo e o historicismo”, de Francisco José Calazans Falcon.

engrossar e dar legitimidade a argumentos políticos, como foi o caso do uso que Ganganelli, pseudônimo de Saldanha Marinho, fez da história em sua longa e alentada série de artigos intitulada “A Egreja e o Estado”,³ sobre as pendengas envolvendo o Estado imperial, a igreja católica e a maçonaria, no que ficou conhecido como questão dos bispos, ou questão religiosa. Ou ainda nas eruditas notas de pé de página que autores como José de Alencar inseriam em seus romances. Tratava-se, em grande medida, de grandes temas, como nação e ciência, mas também se falava da lógica política e social daquele mundo. Em suma, tinha sentidos e usos que iam além dos lugares e autores contemplados nos capítulos. Essas reflexões apontam para méritos e limites dos capítulos que compõem essa parte. Se de sua leitura depreende-se que conhecemos ainda muito pouco sobre a historiografia do Brasil do século XIX, também aprendemos que o estudo sistemático dessas fontes pode revelar aspectos importantes da história intelectual, política e, por que não, social do Brasil imperial.

As três partes seguintes estão organizadas a partir de temas clássicos: identidade, memória e biografia. A sugestão parece inequívoca. Procuram apresentar as possibilidades abertas pelo campo em formação para contribuir com os debates em torno de eixos já consolidados do fazer historiográfico no Brasil e alhures. Ao mesmo tempo, indicam uma preocupação dos estudiosos desse campo em ampliar os interesses, no sentido de trazer temas e abordagens novas para os estudos de historiografia, tradicionalmente mais concentrados em alguns autores e temas clássicos.

O primeiro deles, que organiza a parte III, “Escrita da história e construções identitárias”, oferece possibilidades várias de abordagem da problemática nacional.⁴ Da língua à construção de imagens do Nordeste, passando pelo Museu Nacional e pela constituição da Faculdade Fluminense de Filosofia, os capítulos vão mesclando e revelando estudos sobre identidade nacional e regional, bem como lugares e meios variados de enfrentar tais temas politicamente cruciais nos séculos XIX e XX. Como não podia deixar de ser, o que mais chama a atenção nessa parte é justamente a diversidade. Tanto no que diz respeito aos temas, como no que se refere às abordagens.

O debate sobre identidade ganha contornos interessantes. O estudo que abre essa seção, de Ivana Stolze Lima, merece uma observação à parte em razão das intenções e do percurso deste breve comentário. A parte central do argumento da autora procura chamar a atenção para a importância que os “fundadores” da historiografia brasileira” (LIMA 2011, p. 165) dedicaram ao problema da língua nacional, e para o fato de que esse era um elemento recorrente no debate sobre nacionalismo e pela busca da nação nos oitocentos.

221

³ Os artigos foram primeiramente publicados na imprensa, inicialmente nas páginas do *Jornal do Commercio* e, a partir de setembro de 1874, no *Diário do Rio de Janeiro*. Aos poucos, ganharam a forma de livro, sendo publicados em quatro grossos volumes que saíram ainda no início da década de 1870.

⁴ Os textos que integram essa parte são, respectivamente: “História nacional, língua nacional e o ‘povo mesclado e heterogêneo’”, de Ivana Stolze Lima, “Tipos”, ‘primitivos’, ‘decadentes’: escrita etnográfica, secularização e tempo histórico no Museu Nacional”, de Rodrigo Turin, “Estudos fluminenses: a Faculdade de Filosofia e a identidade regional”, de Rui Aniceto Nascimento Fernandes e “Operando o Nordeste: da região que tem um flagelo a ser extirpado no diagnóstico do discurso da seca à região como uma estrutura estagnada no diagnóstico do discurso do planejamento”, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior.

Ao fazê-lo, Lima chama a atenção para aspectos teóricos envolvendo as conexões entre linguística e história social.

Dentre os capítulos do livro, o que levanta tal questão de modo direto é o de Lima. A sugestão da autora é instigante por vários motivos. Primeiramente, porque aponta para uma relação estreita entre a historiografia de modo particular (e outras fontes, de modo mais amplo), e a realidade social e política da qual ela é parte integrante. Sendo assim, uma boa leitura desse tipo peculiar de documento, tão complexo como qualquer outro, não pode prescindir de uma atenta observação da realidade social. Por outro lado, as fontes historiográficas podem ser também utilizadas para desenvolver a análise social e política. Desse modo, a autora abre um conjunto amplo de possibilidade para os estudos de historiografia, apontando para diálogos possíveis no interior do campo que se desenvolve no Brasil. Nesse registro, estudar historiografia, mais do que um meio de compreender a história como disciplina, observando seus sentidos e variações no tempo, pode ser também um caminho para fazer história, no sentido de constituir um meio de encaminhar explicações e análises sobre temas que não digam respeito especificamente aos estudos históricos.

Em seguida, em “Memórias, trajetórias e instituições”, aparecem reflexões mais propriamente centradas na formação da historiografia brasileira.⁵ Os capítulos dessa parte buscam historicizar certos lugares consagrados da formação da área no Brasil. Nesse sentido, destacam a trajetória de um dos nomes centrais dessa história, José Honório Rodrigues; abordam a influência francesa na historiografia brasileira por meio do estudo sobre a trajetória de Henri Hauser, analisando tanto sua formação na França de fins do século XIX e primeiras décadas do século passado, como sua influência e participação na formação do curso de história da Universidade do Distrito Federal (UDF) nos anos de 1930; e, finalmente, problematizam o significado dos anos 1930, entendidos como marco político e historiográfico instituído da história política brasileira.

Cada um dos capítulos dessa parte opera no esforço de efetuar uma separação entre a memória e a história da historiografia brasileira. Nesse sentido, em primeiro lugar são estudos que mostram existir certos lugares consolidados a respeito da área no Brasil, que formaram algumas imagens que podem - e devem - ser submetidas a questionamentos sistemáticos. Em suma, defendem o argumento de que as explicações mais consolidadas, ou o cânone historiográfico brasileiro, devem ser objeto de investigação histórica – tanto para que se possa melhor compreender o processo de constituição dessas sínteses, como para reparar possíveis equívocos que elas eventualmente possam carregar. Antes de serem reproduzidas, as obras clássicas da história merecem elas mesmas tratamento histórico, o que reafirma um propósito amplo do livro no qual esses estudos estão inseridos: fazer da historiografia um campo de

⁵ Os capítulos dessa parte são, respectivamente: “A trajetória de Henri Hauser: um elo entre gerações”, de Marieta de Moraes Ferreira, “A década de 1930, entre a memória e a história da historiografia brasileira”, de Fabio Franzini, e “José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição”, de Rebeca Gontijo.

estudos sistemáticos que possibilite rever, reinterpretar e aprofundar o conhecimento sobre os estudos históricos no Brasil.

Chama a atenção, no entanto, a ausência de trabalhos a respeito de tradições historiográficas outras que encontraram no Brasil um terreno fértil. Se as pesquisas apresentadas são convincentes em demonstrar a relevância da abordagem que desenvolvem, por outro lado elas acabam por repor lugares e temas consagrados por essa tradição “clássica”, dando por vezes a impressão de que a historiografia brasileira cabe, ou limita-se, à memória por eles analisada. De modo geral essa parece, mais do que uma marca dessa seção, uma característica do livro como um todo. De uma maneira geral, uma ausência sentida ao longo da obra é a de reflexões sobre tendências e debates historiográficos mais recentes, ou sobre temas específicos com tradição já consolidada. Mereceriam atenção, por exemplo, os estudos sobre escravidão no Brasil, ou a respeito do crescimento das cidades e os processos de disciplina e controle social, movimentos sociais e políticos nascidos das classes subalternas – ou mesmo abordagens novas de temas antigos, como a perspectiva “transnacional”, e a relação entre cultura e identidade nacional, entre outras possibilidades.

Finalmente, a última parte, chamada “Usos da biografia”, concentra três estudos que mesclam relatos de pesquisa com análises sobre a biografia histórica.⁶ Todos eles são capítulos organizados a partir de personagens específicos: Octávio Tarquino de Sousa, D. João VI e Gilda Zamorano Marinho. Aspectos diversos são desenvolvidos nesses textos – desde uma cuidadosa análise sobre a lógica dos estudos biográficos desenvolvidos por Tarquino de Sousa nas décadas de 1930 e 1940, até os desafios atualíssimos de se produzir biografia histórica hoje.

Esses dois últimos capítulos, em especial, além de abordarem uma questão particularmente importante para a historiografia contemporânea - que tem recorrido sistematicamente a pesquisas centradas em personagens, quer sejam nomes destacados ou pessoas comuns -, revestem-se de interesse especial. Ao levantar e discutir os problemas e soluções de pesquisas centradas em um personagem, geram alguns elementos interessantes. Uma biografia histórica, hoje em dia, não segue receita fixa: tanto por ser produzida por razões dessemelhantes, por preocupações de pesquisa distintas, como porque cada personagem oferece um conjunto sempre renovado de desafios. Quer por abundância de fontes, quer pela escassez delas, trata-se de um exercício no qual muitos dos dilemas, e limites, do fazer histórico ganham destaque. Por essa razão, esse é um tipo de estudo que abre caminhos novos de reflexão sobre a historiografia, objetivo do livro em tela. De outro lado, essa é uma tendência forte, que tem crescido nos últimos anos, fenômeno que merece atenção e reflexão. Os textos que finalizam o livro não pretendem esgotar o

⁶ Os trabalhos que compõem essa parte são, respectivamente: “Em tempos de epidemia biográfica: Octávio Tarquino de Sousa e sua busca por homens históricos”, de Marcia de Almeida Gonçalves, “A biografia de d. João VI: implicações teóricas e metodológicas”, de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e “Os muitos tempos de Gilda: sobre biografia e estratos do tempo”, de Benito Bisso Schmidt.

assunto nem procuram oferecer explicação para esse fenômeno. De algum modo, são testemunho de um processo ainda em curso, tão incerto quanto qualquer outro. Mas apontam o interesse, entre os estudiosos da historiografia, por este aspecto, permitindo perceber que fazer história da historiografia é também um tipo de investigação preocupada com temas e questões do nosso presente.

Para finalizar, cabe mencionar que *Estudos de historiografia brasileira* é um livro desigual, como de resto é a grande maioria das obras coletivas. Formado por “papéis avulsos” dá, por vezes, a impressão de ser composto por “passageiros, que acertam de entrar na mesma hospedaria” (ASSIS 1882). Talvez esse seja o destino das coletâneas acadêmicas, ou o grande desafio de todo aquele que se aventure a organizá-las. Afinal, os textos que a compõem receberam tratamentos desiguais, que escapam ao controle dos organizadores. Desta feita, encontramos capítulos com argumentos prontos, figurando ao lado de pesquisas ainda iniciais ou em desenvolvimento. Textos escritos com cuidado e esmero ao lado de outros que dão a impressão de terem sido produzidos de modo um tanto apressado. Tudo isso parece refletir uma tendência atual da academia brasileira, que tem feito da quantidade um valor muitas vezes sobreposto à qualidade, priorizando os números face ao cuidado e ao esforço, necessariamente lento, de pesquisa - tendência que, com certeza, merece a atenção daqueles que fazem da historiografia seu campo de estudo e, talvez, ainda se torne no futuro tema de pesquisa na área.

224

O livro, pelas razões expostas e outras que escapam ao alcance deste breve comentário, é bem vindo. Menos pelos resultados alcançados em trabalhos já finalizados e maduros, e mais pelas questões que levanta em seu conjunto. E esta parece ser, no fim das contas, a intenção principal, alcançada com êxito, das organizadoras e dos autores dos dezessete capítulos que formam o volume. Afinal, sua leitura integral instiga e incomoda, sugere e ensina. Em suma, faz pensar. “O livro está nas mãos do leitor” (ASSIS 1882), como lembrava o velho bruxo, para que ele tenha a oportunidade de concordar ou discordar do resenhista e, sobretudo, tenha a chance de desfrutar de suas páginas para refletir um pouco, com seus autores, sobre a história da historiografia brasileira.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Machado de. “Advertência”. **Papéis Avulsos**. Rio de Janeiro: Lombaerts & Cia, 1882. Edição disponível em versão digital em: <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/00209800#page/1/mode/1up>.
- LIMA, Ivana Stolze. História nacional, língua nacional e o povo mesclado e heterogêneo. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011, p. 165-182.
- NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das, et al. **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.